



## QUESTÃO NACIONAL COMO PROBLEMA POLÍTICO: aportes para compreender a América Latina

Ricardo Ramos Shiota<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo aborda as interseções entre questão nacional e marxismo em três políticos que trataram a temática em contextos de mudança social. Para Otto Bauer, Lênin e Zavaleta Mercado, o tema é associado a outros, como: classes sociais, mercado interno, cultura nacional, ideologia, hegemonia, Estado, democracia, imperialismo e internacionalismo proletário. Por meio de uma revisão da literatura, busca-se responder a indagações sobre o que constitui a questão nacional, quais seus componentes, contextos de discussão e categorias teórico-políticas subjacentes. Ao delinear as posições desses intelectuais, que articulam classe e nação e reconhecem a autonomia relativa do político em relação ao econômico, percebe-se a complexidade do problema nacional no marxismo. Conclui-se que compreender a questão nacional é essencial para entender a dinâmica entre construção nacional, imperialismo, classes sociais, Estado e luta social sob uma perspectiva marxista.

**Palavras-chave:** Questão nacional; estratégia política; pensamento político.

### NATIONAL ISSUE AS A POLITICAL PROBLEM: contributions to Understanding Latin America

### Abstract

The article addresses the intersections between national issues and Marxism in three politicians who dealt with the theme in contexts of social change. For Otto Bauer, Lenin, and Zavaleta Mercado, the theme is linked to others such as: social classes, internal market, national culture, ideology, hegemony, State, democracy, imperialism, and proletarian internationalism. Through a review of the literature, it seeks to answer questions about what constitutes the national issue, its components, contexts of discussion, and underlying theoretical-political categories. By outlining the positions of these intellectuals, who articulate class and nation and recognize the relative autonomy of politics in relation to the economy, the complexity of the national problem in Marxism is perceived. It concludes that understanding the national issue is essential to grasp the dynamics between national construction, imperialism, social classes, State, and social struggle from a Marxist perspective.

**Keywords:** National issue; political strategy; political thought.

Artigo recebido em: 30/03/2024 Aprovado em: 06/06/2024  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v28nEp.2024.12>

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Unicamp. Bolsista FAPEMA de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Membro do Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina (GEHLAL).

## 1 INTRODUÇÃO

A questão nacional tem sido uma problemática teórica e política enfrentada, no seio do marxismo<sup>1</sup>, por intelectuais, movimentos e partidos políticos interessados na mudança social, reformista e/ou revolucionária. Nessa perspectiva teórica, a questão nacional transborda o debate sobre nação, nacionalismo e nacionalidade à medida que o problema nacional é articulado ao problema das classes sociais, do mercado interno, da produção de seres humanos juridicamente livres, da cultura nacional, do Estado e sua burocracia, do excedente econômico, da democracia, da efetivação da autodeterminação, da ideologia, da hegemonia, do imperialismo e do internacionalismo proletário.

Marx não formulou uma teoria do problema nacional, mas elaborou algumas ideias políticas importantes sobre o tema ao tratar da questão irlandesa, avançando na compreensão do fenômeno durante a Primeira Internacional Comunista (1864-1876). Face ao preconceito sofrido pelos imigrantes proletários irlandeses na Inglaterra e a xenofobia da classe operária inglesa em relação a eles, uma divisão na classe trabalhadora inglesa, esse pensador percebe que o apoio à autodeterminação da Irlanda, por parte dos proletários ingleses, era condição para a emancipação social dessa classe social. Com isso, a questão nacional não teria que esperar a revolução social para ser resolvida, tornando o direito à autodeterminação e independência irlandesa objetivos imediatos (HAUPT; WEILL, 1978; LOWY, 1976).

Ademais, Marx e Engels perceberam que o desejo do povo irlandês de se tornar uma nação independente estava associado a um nacionalismo que se fortalecia em proporção direta ao processo de desnacionalização promovido pelo imperialismo britânico, de modo que essa vontade de libertação não decorria de uma determinação econômica, mas de um fator “subjetivo”: da importância da identidade e interioridade nacionais (TRAVERSO; LOWY, 1990). O esgotamento do potencial revolucionário da burguesia europeia a tornava incapaz de resolver o problema nacional, tornando-se esta tarefa uma atividade política a ser resolvida pelo proletariado.

Após a morte de Engels, o debate marxista sobre a questão nacional foi promovido pelos socialistas situados nos países com minorias étnicas e nos países dominados pelo imperialismo, que conformam a periferia do sistema interestatal, os chamados povos do Terceiro Mundo, das nações coloniais, semicoloniais, subdesenvolvidas e dependentes (TRAVERSO; LOWY, 1990).

A Segunda Internacional Comunista entregou-se ao “pesadelo do nacionalismo”, sendo atravessada pelos chauvinismos europeus que desejavam a guerra. Ela foi dividida pelas posições que apoiavam o social-imperialismo — defesa da colonização com métodos mais civilizados —, pelas discussões partidárias e programáticas entre centralismo ou federalismo, autonomia ou

autodeterminação, partidos nacionais ou partido revolucionário, e exacerbou a contradição entre nacionalismo e marxismo (GALISSOT, 1984, p. 201). Diante de uma leitura economicista do marxismo, que concebe a classe de modo unilateral, despreza a nacionalidade como fenômeno passageiro ou mero instrumento da dominação burguesa, Bauer, Lênin e Zavaleta Mercado apresentaram concepções alternativas: articularam classe e nação, reconheceram a autonomia da política face ao econômico e cultural.

O objetivo deste artigo é retomar discussões sobre a questão nacional nesses três autores marxistas — Otto Bauer, Lênin e Zavaleta Mercado —, que tiveram uma perspectiva eminentemente política do problema, bem como retomar contribuições sociológicas significativas do tema com base em algumas indagações: o que é a questão nacional? quais os seus componentes, subtemas e as suas dimensões? em que contextos é discutida e quais são as categorias teórico-políticas subjacentes aos seus usos? A forma de abordagem do problema é feita mediante revisão de literatura e reconstrução do léxico categorial empregado pelos autores em tela.

## 2 OTTO BAUER

Otto Bauer é um notável representante do austromarxismo e dirigente político, o autor de um livro clássico, no âmbito do marxismo, sobre a questão nacional intitulado *A questão das nacionalidades e a social-democracia* [1907]. Nesse livro, “rompe com a concepção linear do evolucionismo marxista” (GALISSOT, 1984, p. 228). Ele articula classe e nação, e vai além da ideia contida no *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels, segundo a qual o capitalismo desmancharia as culturas nacionais. Para além dos processos econômicos deterministas, chama a atenção para o choque entre nacionalidades, o ódio racial, a xenofobia como ódio de classe, as consequências dos processos de imigração, a existência de culturas nacionais criadas pelas classes dominantes nos diferentes espaços e territórios de luta entre a natureza e o homem.

No referido livro, há a desvinculação entre nacionalidade e Estado (ANDERSON, 2000), visto como instrumento de dominação de classe da burguesia. Bauer atribui ao caráter e à cultura nacionais as fontes de valor pelo que promovem de diferenciação das personalidades humanas, concebendo uma simetria estrutural na análise da relação entre política e economia (MARRAMÃO, 1982), concepção que o impede de reconhecer a relativa autonomia do político — uma autonomização frente à dinâmica da economia e das classes sociais através da realização de papéis específicos.

Mas, o pensador da Viena Vermelha revê essa perspectiva de análise após a Revolução Russa de 1917. Doravante, a relativa autonomia da política é reconhecida “em seu caráter de expressividade especulativa das transformações econômicas. Portanto, a função econômica da

intervenção estatal continua sendo decisiva” (MARRAMÃO, 1982, p. 173, tradução nossa). A intervenção estatal e os processos de acumulação e concentração de capital adquirem uma intencionalidade política e organizacional no capitalismo, podendo também ser mobilizada em benefício dos trabalhadores.

A social-democracia austríaca distinguiu-se da sua correlata alemã, desde os anos 1890, pelo tratamento recorrente da questão das nacionalidades e por ser composta, no seu núcleo dirigente, por uma *intelligentsia* de origem judaica de cultura centro-europeia. Após 1915, com o colapso da Segunda Internacional, esse distanciamento se aprofunda em razão da oposição de Karl Liebknecht à renovação dos créditos de guerra e, sobretudo, após a Revolução de Outubro<sup>2</sup> e o reconhecimento da sua legitimidade por Otto Bauer. Ele evitou a aplicação mecânica da vinculação entre forças produtivas e relações de produção ao modo de Kautsky, justificou a revolução de 1917 pelas condições russas e admitiu o seu caráter histórico universal. Todavia, negou a universalidade do bolchevismo como único método possível de revolução, pois era produto de uma formação social específica, defendendo a ideia da multiplicidade dos caminhos para o socialismo<sup>3</sup> (MARRAMÃO, 1985).

*A questão das nacionalidades e a social-democracia* foi escrita no contexto da dissolução do Império austro-húngaro, um Estado multinacional que abrangia nações com culturas e identidades distintas: alemães, húngaros, romenos, eslovacos e outros grupos, alguns dos quais marginalizados pelo governo húngaro, ao passo que as minorias eram mais toleradas na zona austríaca (LÓPEZ, 2011). A solução federalista do problema das nacionalidades era um consenso no interior da social-democracia austríaca e fora adotada como programa oficial no Congresso de Brünn de 1899. Bauer defendeu uma linha de ação política em sintonia com esse programa, posicionando-se favorável à autonomia cultural das nacionalidades e à manutenção do Estado multinacional dos Habsburgos, mas “como uma solução provisória e não como um “modelo” impermeável à luta de classes” (ARICÓ, 2020, p. 611, tradução nossa).

Havia o receio de que o fim da monarquia reduzisse a Áustria alemã “a um pequeno país despreparado para uma autonomia política e sobretudo econômica, ou melhor, incapaz de realizá-la” (MEHRAV, 1985, p. 254). Mas, em janeiro de 1918, quando ocorria uma onda de greves em favor da cessação imediata da Primeira Guerra Mundial, Bauer publicou um artigo no qual defendia a reivindicação leninista do direito de autodeterminação das nações, que supõe a possibilidade de separação estatal dos povos (MARRAMÃO, 1985). Em novembro de 1918 o Império dos Habsburgos se desmorona e, em 1919, surge a Primeira República Austríaca.

Um aspecto importante do livro *A questão das nacionalidades e a social-democracia*, esclarecido em réplica às críticas de Kautsky, em 1908, diz respeito ao seu propósito. A preocupação com a questão nacional estava ligada às devastadoras lutas entre as nacionalidades, no interior do

Império dos Habsburgos, que criavam antagonismos destrutivos da unidade da classe trabalhadora — antagonismos que, em 1914, manifestaram-se entre diferentes Estados nacionais.

Além disso, o sentimento de valorização nacional era manipulado de forma conservadora pelas ideologias das classes dominantes, servindo como instrumento na luta de classes. A derrota do nacionalismo burguês, então, depende da descoberta da “substância nacional da luta internacional de classes, o significado da luta proletária internacional pelo desenvolvimento e difusão de nossa comunidade de cultura nacional” (BAUER, 1978, p. 184, tradução nossa). Na visão de Bauer, intelectual e político internacionalista, que pretendia conjugar a cultura socialista com a cultura específica de cada país (LOWY, 2000), era preciso derrotar o nacionalismo no seu próprio solo.

*A questão das nacionalidades e a social-democracia* faz uma apropriação marxista da cultura europeia e das ciências sociais do seu tempo. Usa a sociologia formal, mas rompe com as antinomias dos conceitos de comunidade e sociedade<sup>4</sup>, indaga as origens materiais das formas sociais nas mutações entre forças produtivas e relações de produção, e visa entender como a interação dos indivíduos com os grupos sociais produz os indivíduos concretos com as suas diversidades nos modos de pensar, sentir e querer.

Na comunidade, os indivíduos ligam-se aos grupos por uma adesão, desejabilidade, uma força que os vincula de dentro e que está presente neles e nos demais membros da comunidade. Já na sociedade, são normas exteriores que vinculam os indivíduos entre si: moral, direito, ciência, língua, normas arbitrárias. Existem diferentes formas de comunidades e sociedades, havendo entre elas interdependência: “As sociedades devem ser referidas a comunidades, e que aquelas só podem ser compreendidas na medida em que são estabelecidas por estas” (BAUER, 1978, p. 181, tradução nossa).

Nação é “o conjunto dos seres humanos ligados pela comunidade de destino em uma comunidade de caráter” (BAUER, 1980, p. 92), isto é, o fenômeno nacional é inacabado, possui uma natureza sócio-histórica. A comunidade de destino é “um complexo de elementos histórico-culturais em transformação que, portanto, não pode estabelecer uma linha de continuidade com o Estado, da mesma forma que a vontade coletiva não pode ser identificada com a vontade abstrata do Estado” (ARICÓ, 2020, p. 610, tradução nossa). Ela é distinta da comunidade de caráter, de profissão, de classe social, de cidadania, que se baseiam na similaridade ou semelhança de destino e não na comunidade de destino. A nação é um fenômeno histórico, em razão da sua determinação material, como expressão das lutas na história. A “nacionalidade do indivíduo nada mais é que *um aspecto de sua determinação efetuada pela história da sociedade*, de sua determinação em devir pela evolução dos métodos e das condições de trabalho” (BAUER, 1980, p. 94)

A história comum é o componente principal da nação, que cria a origem comum, a linguagem comum, as leis comuns, a religião comum e a cultura comum. Essa história comum é a causa da comunidade de língua, da comunidade de cultura, da comunidade de destino e da comunidade de caráter — sempre dinâmica, mutável; caráter nacional remete a traços comuns produzidos historicamente no tempo e no espaço, que produz homogeneidade de caracteres nos indivíduos de uma mesma nação, a despeito das semelhanças de destino. Elementos como território, origem, língua, usos e costumes, leis e religião comuns estão em uma relação causal de dependência recíproca com a história comum. Esses elementos interagem entre si, manifestam-se em constelações muito variadas, podendo ocorrer a ausência de um ou de outro (BAUER, 1980).

A nação se distingue das comunidades locais e comunidades mais restritas no interior da nação. Embora faça uma gênese da nação na era do “comunismo de parentesco”, na qual os indivíduos se ligam por endogamia, exogamia entre tribos diferentes e pela cultura comum, em um processo evolutivo que diferencia essa cultura tradicional, fazendo com que “a nação traz em si o germe da sua desagregação” (BAUER, 1980, p. 86), é apenas sob o capitalismo que surge uma cultura realmente nacional, de todo o povo, para além das fronteiras do pertencimento local da aldeia. “Ele promoveu isso ao desenraizar a população, romper os seus laços locais e de redistribuí-la por lugar e ocupação, no processo de formar as modernas classes e profissões” (BAUER, 2000, p. 52). O processo de acumulação primitiva desenraizou a população do campo, arrebatou-a da terra, a vida nas cidades destruía as ideias tradicionais. Na Europa ocidental, no século XIX, a escola pública, o serviço militar, o sufrágio universal (democracia política) e o movimento operário e dos trabalhadores produzem a nação.

Assim, a classe trabalhadora ficou sem raízes, mais livre do poder incapacitante de toda a tradição do que qualquer classe antes dela [...] não há classe que, em seu íntimo, seja mais completamente livre da valorização nacional do que o proletariado, que foi libertado de toda a tradição pelo poder destrutivo do capitalismo, foi excluído da fruição dos bens culturais nacionais, e que se é em luta contra o poder historicamente transmitidos (BAUER, 2000, p. 71-72).

A nação produzida pelo capitalismo é mantida pela unidade cultural das classes dominantes, é uma nação produzida à sua imagem e semelhança. A nação capitalista está governada pela propriedade privada dos meios de produção, está confiada aos indivíduos, que só decidem o destino individual. “É decidida por inúmeros capitalistas que calculam onde os custos de produção serão mais baixos e os lucros mais altos; é decidida por inúmeros trabalhadores que descobrem onde há um emprego vago” (BAUER, 2000, p. 54). A nação burguesa exclui os trabalhadores não só do usufruto das conquistas materiais, como também das conquistas artísticas e intelectuais da

humanidade, desprezando as culturas criadas pelos trabalhadores, impõe-lhes uma cultura que os mantém enredados à ordem burguesa.

Bauer argumenta que o capitalismo teme a educação plena das massas, pois isso as capacitaria a desafiar sua dominação. O autor entende o serviço militar universal não como uma democratização das forças armadas, mas como um esforço para manter os soldados isolados e leais ao sistema, através de distintivos e ideologias que os separam das massas. Além disso, Bauer observa que, embora a democracia tenha sido inicialmente abraçada pela burguesia, tornou-se uma fonte de temor para ela à medida que passou a ser um instrumento de poder para a classe trabalhadora. Em sua visão, o capitalismo não pode permitir a plena realização cultural da nação, pois qualquer avanço educacional ou cultural nas mãos da classe trabalhadora é visto como uma ameaça potencial ao seu domínio.

A luta do proletariado pelo socialismo tem uma substância nacional, por conseguinte, nacionalismo e socialismo não são antinômicos. O socialismo reforçaria, intensificaria o princípio político da nacionalidade. O problema nacional não pode ser resolvido, exaustivamente, na sociedade capitalista. “Só o socialismo fará a totalidade dos compatriotas participar da cultura nacional” (BAUER, 1980, p. 98). No socialismo, haverá uma diferenciação cultural das nações, apesar do nivelamento dos conteúdos materiais da cultura. A educação socialista “porá ao alcance de todos os bens culturais de toda a nação e até de uma boa parte dos bens culturais de toda a humanidade, libertando-os assim totalmente da tradição dos meios locais restritos” (BAUER, 1980, p. 98). O socialismo eliminaria a tensão entre nação (comunidade interna) e Estado (poder externo): a comunidade nacional de cultura abrangeria a totalidade dos compatriotas, e o poder externo converteria-se em um meio que deve estar a serviço dos homens e a ele deve adaptar-se. O Estado deve adaptar-se à comunidade interna e servi-la. A forma socialista transforma a mentalidade dos homens, eliminando valores tradicionais, repousa na democracia, constrói homens altamente civilizados.

Otto Bauer fez oposição ao “marxismo vulgar”, incapaz de vincular essa filosofia aos contextos históricos-nacionais, convertendo-a em axiomas gerais. Ao desenvolver uma concepção da autonomia do político, após a Revolução de 1917, como Max Adler, negou a personificação da forma democrática, distinguindo democracia política e democracia social. Enquanto a primeira tem como pressuposto a divisão da sociedade em indivíduos abstratos, isto é, o estabelecimento formal de uma “vontade geral” “em função dos interesses particulares de uma classe que domina sobre as outras, e, portanto, uma forma de ditadura, a segunda coincide com a democracia real, realizável na sua plenitude somente em uma sociedade sem classes<sup>5</sup>” (MARRAMÃO, 1985, p. 337).

Ao interpretar o Estado austríaco, recém-criado, como uma República das pessoas, em razão de que nenhuma das classes sociais antagonicas tinha o poder de tornar as instituições

democráticas como um mero instrumento dos seus próprios interesses, Bauer foi um dos principais artífices da Viena Vermelha, uma formidável experiência histórica socialista na qual foram materializadas suas concepções da questão nacional<sup>6</sup>.

### 3 LÊNIN

Desde 1903, o partido bolchevique incluiu no seu programa o direito à autodeterminação nacional<sup>7</sup>, convertendo-o em um dos aspectos centrais da sua linha política (MÁRMORA, 1978). Lênin inicia a sua reflexão sobre a questão nacional em 1912, diante da conjuntura do agravamento da política imperialista, da deterioração da situação internacional e em resposta aos marxistas austríacos e Rosa Luxemburgo (EIDELMAN, 2012). Além dos crescentes chauvinismos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, essa reflexão tem como referência a situação do antigo Império Czarista — a presença de inúmeras nacionalidades no seu território, um processo tardio de revolução democrático-burguesa — e o interesse do autor de pensar uma estratégia para a revolução mundial. Interessado nessa revolução socialista mundial, o líder bolchevique articulou o paradigma socialista do internacionalismo proletário com o modelo democrático-burguês de autodeterminação nacional<sup>8</sup> (MÁRMORA, 1986).

Como Otto Bauer, Lênin via uma grande ameaça no nacionalismo burguês para o movimento dos trabalhadores e acreditava que somente o socialismo resolveria a questão nacional. Porém, a sua perspectiva internacionalista proletária o mantinha fiel à ideia de Marx e Engels, segundo a qual a revolução mundial dissolveria as barreiras nacionais, princípio que supõe a superioridade do interesse de classe sobre o interesse nacional.

O internacionalismo proletário também era a perspectiva política de Rosa Luxemburgo, de Trotsky e de Anton Pannekoek. Esses e outros intelectuais da esquerda radical acreditavam que o imperialismo somente poderia ser superado pela revolução socialista mundial, premissa da qual extraíam a conclusão de que as revoluções democrático-burguesas haviam terminado e os problemas das nações oprimidas só seriam resolvidos pela luta internacionalista do proletariado, uma vez que as lutas nacionais dos povos oprimidos eram manipuladas pelos Estados imperialistas nos conflitos entre si. As lutas de libertação nacional dos povos oprimidos eram inviáveis na época do imperialismo para aqueles autores (MÁRMORA, 1986).

Contra essa posição, Lênin elabora a sua estratégia política, considerando o desenvolvimento desigual, o “estágio histórico do desenvolvimento do capitalismo” e as diversas situações produzidas pela concentração e centralização do capital (LÊNIN, 1914). O dirigente político russo, ao reconhecer a relativa autonomia da política, na sua perspicácia de “colocar a política no



comando”, isto é, de compreender e isolar a dimensão política de cada contradição, entendeu a relação dialética entre internacionalismo proletário e direito de autodeterminação nacional (LOWY, 1976).

Lênin (1913, n.p.) observa que a defesa da “cultura nacional” seria um modo de dividir os trabalhadores, porque ela é a cultura dominante: dos latifundiários, do clero e da burguesia. Ao invés disso, argumenta em favor da “cultura internacional, da democracia e do movimento operário mundial”. Ele critica o programa da social-democracia austríaca por fazer uma concessão ao nacionalismo burguês, apesar de subtrair os seus elementos de violência e de injustiça. Assim, “no lugar de todas as formas de nacionalismo, o marxismo promove o internacionalismo, a fusão de todas as nações em uma unidade superior” (LÊNIN, 1913b, n.p.). Essa é a máxima do internacionalismo proletário.

O nacionalismo burguês é criticado em razão de impedir a autoemancipação da classe trabalhadora, ao desviá-la da sua luta internacional. A natureza do nacionalismo liberal-burguês consiste em estender uma mão para a democracia e a outra, sorrateiramente, para as classes dominantes e a polícia, dividindo os trabalhadores. Ele emascula a democracia ao negociar os direitos e a liberdade do povo. O princípio do desenvolvimento da nacionalidade trai a luta do proletariado e se coloca em defesa dos interesses da burguesia (LÊNIN, 1913b, n.p.).

Cabia ao movimento socialista internacional apoiar as burguesias das nações oprimidas nas lutas contra as burguesias imperialistas. Porém, quando as burguesias das nações oprimidas defendessem os seus nacionalismos burgueses, cabia ao movimento socialista ferrenha oposição. “O nacionalismo burguês de qualquer nação oprimida tem um conteúdo democrático geral dirigido contra a opressão, e é esse conteúdo que apoiamos incondicionalmente” (LÊNIN, 1914, n.p.). O princípio socialista contrário a toda opressão depende do exame de cada situação concreta, tendo em vista a eliminação de toda desigualdade e privilégios.

Nessa perspectiva, quando os proletários e as suas organizações no âmbito de uma nação oprimida se rebelam contra a opressão econômica da sua nação, efetuada por uma burguesia estrangeira, sem se levantarem, simultaneamente, contra a opressão realizada por sua própria burguesia, eles assumem o ponto de vista do nacionalismo burguês (MÁRMORA, 1986).

A questão nacional é identificada como um problema que surge no período de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa ocidental (LÊNIN, 1913b, n.p.), quando a burguesia era a classe social revolucionária e atraía as massas trabalhadoras camponesas para o seu campo de ação, através da imprensa, dos movimentos nacionais, da participação política em instituições representativas, tendo como objetivo consolidar o próprio domínio político, após ter se tornado a classe economicamente dominante, mediante a formação da sociedade e do Estado democrático-burguês. É vista como um processo unilateral “de cima para baixo”, começa com a formação da sociedade civil e termina com a fundação de um Estado nacional independente (MÁRMORA, 1986). Nesse sentido, a

“Revolução Francesa deu a solução mais democrática para os problemas atuais da transição do feudalismo para o capitalismo, conseguiu incidentalmente, *en passant*, “resolver” a questão nacional” (LÊNIN, 1913b, n.p.).

O problema nacional diz respeito à transição para o capitalismo, à criação de um mercado interno e do Estado-nação. A “burguesia deve conquistar o mercado interno, e deve haver territórios politicamente unidos cuja população fale uma única língua, com todos os obstáculos ao desenvolvimento dessa língua e à sua consolidação na literatura eliminados” (LÊNIN, 1914, n.p.). Esse seria o fundamento econômico dos movimentos nacionais.

Logo, a compreensão da nação ocorre através da observação do movimento econômico das sociedades burguesas. Mas o problema nacional coloca-se de maneira distinta para os demais países que estavam em processo de transição para o capitalismo, em virtude do desenvolvimento desigual e do surgimento do imperialismo como uma nova etapa da acumulação, que fundia o capital bancário e o capital industrial, promovendo o surgimento dos grandes monopólios e trustes pelos processos de exportação, concentração e centralização de capital.

O imperialismo faz com que “o capital dos países avançados ultrapasse as fronteiras dos Estados nacionais, estabeleceu o monopólio no lugar da competição” (LÊNIN, 1916a, n.p.). Ele intensifica a opressão nacional: “[...] sob o imperialismo a divisão das nações em opressoras e oprimidas é um fato fundamental, importantíssimo e inevitável” (LÊNIN, 1916a, n.p.). “O sistema agora é um punhado de “Grandes” Potências imperialistas (cinco ou seis em número), cada uma oprimindo outras nações” (LÊNIN, 1916b, n.p.). A opressão imperialista atua politicamente contra o colapso do capitalismo, apoia o oportunismo, o social-chauvinismo, divide os trabalhadores dos diferentes povos e protege os privilégios das classes dominantes (LÊNIN, 1917a, n.p.).

Na estratégia leninista, a questão nacional era pensada como fundamental para a construção da república socialista mundial, vista em consonância com o estágio do desenvolvimento capitalista das diversas nações e da atitude das diversas classes sociais, de cada país, em relação ao problema. Ele distingue três situações: 1ª) os países (Europa Ocidental e os Estados Unidos da América) que já haviam completado as suas revoluções burguesas, nos quais os movimentos nacionais assumiam um caráter conservador e até reacionário; 2ª) os países (Europa do Leste: a Áustria, os Bálcãs e Rússia) nos quais os movimentos nacionais democrático-burgueses eclodiram no início do século XX; 3ª) e os países semicoloniais (China, Pérsia, Turquia), onde tais movimentos mal haviam começado e estavam longe de serem concluídos.

Face a tais especificidades da questão nacional, as tarefas para a consecução da revolução mundial colocavam-se de modos distintos para os proletários desses países. Caberia ao proletariado das nações imperialistas (1ª situação) apoiarem as lutas das nações oprimidas e lutarem

contra suas próprias burguesias. Ao proletariado das nações do oeste europeu (2ª situação) deveria terminar as reformas democrático-burguesas e unir a luta de classes dos trabalhadores das nações opressoras com os proletários das nações oprimidas. Ao proletariado das semicolônias (3ª situação) necessitaria exigir a imediata e incondicional libertação das colônias e reivindicar o direito à autodeterminação (LÊNIN, 1916a, n.p.).

A estratégia era articular o momento democrático-burguês com o momento proletário internacional, defender o direito à autodeterminação nacional (direito de separação) e o direito de fusão estatal à república socialista, uma unidade superior que brotaria da revolução mundial encabeçada pelos proletários dos países da 1ª situação, unindo democracia e socialismo (MÁRMORA, 1986).

Já a América Latina não vivencia a opressão política direta de uma nação opressora, mas a opressão indireta, de natureza econômica, uma questão de ordem internacional. Por esse motivo, a “região” não figura nessas diferentes situações da estratégia elaborada pelo autor, porque ele identifica o problema nacional com a opressão política direta. A anexação econômica ocorre nas nações latino-americanas sem que haja a anexação política, uma vez que existem Estados formalmente independentes. Daí que o problema de tais nações é colocar em prática o direito formal à autodeterminação e à soberania. E essa demanda, do ponto de vista do proletariado com consciência de classe, somente ocorreria no marco do socialismo-internacionalista (MÁRMORA, 1986).

Na análise do dirigente bolchevique, a questão nacional está subsumida à luta de classes mundialmente, sendo vista de um ângulo proletário, uma vez que os movimentos nacionais são perpassados por interesses distintos, burgueses e proletários, que não coincidem completamente. Enquanto a burguesia lidera o início de cada movimento nacional, “a classe operária apoia a burguesia apenas para garantir a paz nacional [...], para garantir a igualdade de direitos e criar as melhores condições para a luta de classes” (LÊNIN, 1914, n.p.). Ao passo que a burguesia busca salvaguardar privilégios na questão nacional, “para o proletariado, porém, o importante é fortalecer sua classe contra a burguesia e educar as massas no espírito de uma democracia e socialismo consistentes (LÊNIN, 1914, n. p.).

O interesse pelos movimentos nacionais de massa reside naquilo que têm de democrático e avançado, naquilo que fomenta a autodeterminação do proletariado em uma nação. É a questão de classe que comanda a apreensão da questão nacional, uma vez que “os interesses da *unidade dos proletários*, os interesses da sua solidariedade de classe exigem o reconhecimento do direito das *nações à separação*” (LÊNIN, 1916a, n.p.), acompanhada do internacionalismo proletário.

[...] o estabelecimento da democracia plena em todas as esferas, incluindo a delimitação das fronteiras do Estado de acordo com as “simpatias” da população, incluindo a total liberdade de secessão. E isso, por sua vez, servirá de base para desenvolver a eliminação *prática* até

mesmo do menor atrito nacional e da menor desconfiança nacional, para uma aproximação e fusão aceleradas das nações que serão concluídas quando o estado desaparecer. (LÊNIN, 1916b, n.p.)

Mesmo sob a dominação imperialista, o líder bolchevique apostava na viabilidade da democracia e das suas demandas, do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. Sob o capitalismo, a única possibilidade de encaminhar a questão nacional seria a “democracia consistente”: sem nenhum privilégio de raça, classe, gênero, língua e nação. Esse critério orientou a estratégia de Lênin, a dialética da separação e união das nações, para a tão esperada revolução mundial que, ao não ocorrer, tornou-a obsoleta.

Apesar dos esforços de articular classe e nação, de propor uma dialética entre separação e união em uma república socialista mundial, Lênin esteve vinculado a uma tradição marxista que inscreve a lógica da luta de classes fora da nação, uma vez que a luta de classes se iniciava após a construção do Estado nacional formalmente independente. Ao manter-se preso no paradigma do internacionalismo proletário, Lênin reproduziu o primado absoluto da classe sobre o Estado e sobre a nação. Essa separação da luta de classes da nação reproduziria, em última instância, a separação entre infraestrutura e superestrutura, entre sujeito econômico e sujeito político (MÁRMORA, 1986).

#### **4 ZAVALETA MERCADO**

É consenso entre os intérpretes de Zavaleta Mercado a sua ênfase explicativa no papel da autonomia relativa da política e do Estado, visto como produto da sociedade civil, mas, ao mesmo tempo, capaz de intervenção como força produtiva unificada, ao unir as classes dominantes, mediar nelas e entre elas, criar burocracias, emitir e sancionar as ideologias, constituir a unidade nacional e garantir a reprodução ampliada do capital, criando uma hegemonia que se traduz em certa coesão social (OLIVER, 2006). Vista de forma crescentemente política na obra do sociólogo boliviano, a questão nacional transita do discurso do nacionalismo de esquerda para o marxismo<sup>9</sup>. Essa obra tem sido entendida em três momentos: do nacionalismo (até 1967), do marxismo ortodoxo (até 1974) e do marxismo crítico (1974-1984) (ANTEZANA, 2009).

Na fase do nacionalismo revolucionário dessa obra, na década de 1960, a construção da nação e do Estado nacional passariam pelo reconhecimento da nação real, vinculada às lutas populares bolivianas, e pela formação de uma consciência nacional capaz de superar a alienação interna. Nas décadas de 1970 e 1980, a questão nacional foi considerada por Zavaleta Mercado um problema eminentemente histórico no marco teórico do marxismo. Ele abandona e substitui a ideia de um sujeito responsável pelo desenvolvimento de uma consciência nacional por uma concepção que se

concentra em processos macrosociais ligados ao tempo histórico inaugurado pelo capitalismo, à totalidade como sistema mundial, admitindo a autonomia relativa da política (TAPIA, 2002) no processo de construção nacional.

A interpretação que busco sustentar é que Zavaleta Mercado transforma o modo de ver a questão nacional na última fase da sua obra (1974-1984), quando ocorre uma modificação substantiva na sua concepção do problema nacional: a passagem de uma análise marxista centrada no mercado interno para uma análise que enfatiza a autonomia relativa do político e da construção do padrão hegemônico. Esse movimento da obra o distancia de Lênin, aproxima-o de Gramsci e do estado da questão no seu tempo: vale dizer, assim como há unidade entre infraestrutura e superestrutura, as categorias classe e nação estão contidas e pressupõem uma à outra. Por um lado, as classes, para se tornarem dominantes, devem se construir como classes nacionais; por outro lado, a nação surge como produto da luta de classes como sistema de hegemonia (MARMORA, 1986).

As seguintes citações justificam essa interpretação: “A primeira tarefa da burguesia é a conquista do seu mercado interno, e a nação não é senão a consequência dessa conquista-construção do seu próprio cenário” (ZVALETA MERCADO, 2013, p. 395, tradução nossa); “A acumulação primitiva e o Estado interagem um sobre o outro para se construírem. O mercado interno surge do cumprimento da lei da dissociação, a nação é uma consequência do mercado interno” (ZVALETA MERCADO, 2013, p. 398, tradução nossa). Essa concepção está associada a uma visão da determinação da superestrutura pela infraestrutura:

No marxismo, como é natural, os critérios são totalmente diferentes. Aqui partimos da lei fundamental da sociologia que é a determinação necessária da estrutura pela base econômica, isto é, pelo modo de produção. A normalidade é dada pela correspondência entre o Estado e a base econômica em que se funda. O Estado, neste sentido, não pode ficar muito tempo atrasado em relação à base econômica sem produzir uma situação revolucionária (ZVALETA MERCADO, 2013, p. 407, tradução nossa).

Neste texto de 1976, do qual foram retiradas essas citações — *Las luchas anti-imperialistas en América Latina* —, o autor não reconhece a relativa autonomia da nação, pois é concebida como derivada do mercado interno, da lógica de acumulação e reprodução do capital, em suma, da economia. Essa visão faz parte de uma compreensão tradicional no marxismo do problema nacional, vinculada a uma leitura das relações entre infraestrutura e superestrutura. Ao não reconhecer a autonomia relativa da nação, o sociólogo boliviano também elabora uma visão do Estado na América Latina, da década de 1970, centrada na dimensão coercitiva, ao destacar uma “transferência estatal”, isto é, a transferência de técnicas fascistas e outros métodos repressivos. Além disso, a análise do imperialismo, em termos leninistas, leva-o a diagnosticar que a presença do imperialismo na América Latina impede os países de se construírem como “coletividades capitalistas”: nações e Estados

nacionais; e as burguesias de serem independentes. Para essa visão, a nação é produto do capitalismo e serve como base material ou fundamento do Estado, embora nem toda nação engendre um Estado, o fato estatal precede a conclusão da formação da nação.

No entanto, dois anos mais tarde, é notória a modificação dessa compreensão por parte do sociólogo boliviano — no texto *Las formaciones aparentes en Marx* —, quando retifica essa concepção da precedência, separação e determinação da superestrutura pela base econômica. Ao invés disso, chega à conclusão de que “a materialidade das coisas não se produz sem se dotar de uma borda imaterial” (ZVALETA MERCADO, 2013, p. 428, tradução nossa). Ele passa a reconhecer a unidade e simultaneidade entre infraestrutura e superestrutura, também sustenta que as superestruturas têm uma causalidade própria, que não se reduzem à lei do valor, e, portanto, possuem relativa autonomia. “Defendemos que as formas superestruturais têm sua própria maneira de agregação causal [...]” (ZVALETA MERCADO, 2013, p. 429, tradução nossa) distinta, pois são identificadas pela heterogeneidade estrutural. Nessa visão, a diversidade superestrutural, com resultados jurídico-políticos muito distintos, pode, da mesma forma, garantir a reprodução do modo de produção capitalista.

Se o Estado corresponde a uma base econômica, como pensava Lênin, “A forma estatal corresponde ao decurso superestrutural que essa formação traz do passado, ou seja, à maneira como a liberdade dos homens se insere na determinação da história” (ZVALETA MERCADO, 2013, p. 430, tradução nossa). Com isso, o sociólogo boliviano avança a sua análise da questão nacional e arremata que “A nação deve existir primeiro como uma ideologia. Pensar que a nação é o resultado do mercado interno é uma mecanização. Na verdade, toda ideologia nacional preexiste, pelo menos, ao alcance de seu mercado” (ZVALETA MERCADO, 2013, p. 443, tradução nossa). Há um notório avanço em relação à problemática do mercado interno quando a determinação da nação é colocada no padrão hegemônico ou no momento constitutivo. Também entram em cena na análise zavaletiana os conceitos de sociedade civil, classes sociais, nacionalização e democracia. Ao invés de pensar o desfecho do processo, a nação ou Estado nacional não conclusos, a ênfase recai sobre o momento originário do processo nacional, de modo que a nação deve ser definida pelo momento constitutivo que engendra um padrão hegemônico.

A ideia é que a sociedade civil, com seu momento constitutivo, produz o Estado para conter os impulsos progressistas das classes subalternas. Daí que a dominação burguesa é exercida através do Estado — que pressupõe a separação entre Estado político e sociedade civil —, o qual é entendido como aparelho ideológico de si mesmo, emissor de ideologia. As classes sociais nacionais — isto é, classes com ideologia nacional<sup>10</sup> —, precedem a existência da nação, constituem-na no

momento constitutivo do Estado, e “Aquilo que “impede” a nação determinará a forma de existência da classe” (ZVALETA MERCADO 2013, p. 442, tradução nossa).

A nação, então, não é apenas produto do mercado interno, mas surge no âmbito dele, do Estado nacional e da democracia representativa, estando a nacionalização entre mercado interno e democracia representativa. Em outras palavras, a dominação econômica de uma classe social, por si só, cria apenas o poder de compra, a unificação ocorre pelo poder político, que depende da hegemonia, da predominância do “*continuum* coerção econômica-coerção ideológica sobre a coerção como tal” (ZVALETA MERCADO, 2013, p. 452, tradução nossa).

Há uma distinção entre o *momento constitutivo de formação dos povos* (ou da nação, a exemplo da conquista da América pelos Europeus) e o *momento constitutivo de formação do Estado capitalista* (da forma da dominação atual), que ocorre com a emergência deste modo de produção. Para essa discussão, importa o *momento constitutivo de formação do Estado capitalista* no contexto da transição para o capitalismo, pois a ênfase analítica da questão nacional tem como foco o momento originário do capitalismo em cada formação social.

O conceito momento constitutivo ou padrão hegemônico designa a simultaneidade com que ocorrem o momento econômico da formação nacional e o momento ideológico ou cultural, define modalidades estruturais e superestruturais. Assim, a classe social que ocupar o centro hegemônico do momento constitutivo, que interpelar a nação, definirá sua sorte por um longo período. E ela sempre se vale de um novo uso ou eficácia da ideologia excedente, de uma memória clássica, dos símbolos da formação social anterior, na forma de mito interpelatório do momento constitutivo.

A proletarização é a destruição da tradição da aldeia e a dupla libertação no sentido de que consagra, por um lado, a liberdade jurídica do homem desvinculado e a “liberdade” em relação à terra ou meio de produção ou gleba. Isso é o que se chama a ereção do estado de separação ou estranhamento. É a primeira separação massiva entre o homem e seu meio de produção clássico, que é a terra. Produz um estado de vacância ideológica, isto é, um vazio na representação do mundo. A perda dessa *Weltanschauung* gera um estado de disponibilidade coletiva que só é preenchido pela lógica da fábrica, que é sim uma visão cultural. O modo cotidiano da província (no comer, no vestir, no falar) é substituído pela *hybris* de um modo coletivo. É aqui que ocorre a nacionalização, isto é, a substituição do caráter localista pelo caráter nacional e este é o verdadeiro momento constitutivo (ZVALETA MERCADO, 2013, p. 542, tradução nossa).

A transformação capitalista envolve processos de nacionalização, unificação, separação entre Estado e sociedade civil, ligados à criação do mercado interno e da democracia representativa. A nacionalização efetuada pelo Estado promove a integração horizontal, acaba com impostos territoriais, separa o trabalhador da terra e cria o trabalhador “livre”, constrói o “trabalhador total”, o “capitalista coletivo” e unifica o mercado interno. Já a integração vertical é política, ocorre pela via da democracia representativa e construção da hegemonia.

O Estado capitalista, ao mesmo tempo, surge da classe dominante no interior da sociedade civil, universaliza interesses de uma fração dessa classe, e controla a sociedade civil, valendo-se, sobretudo, do poder da ideologia. Elementos como o Direito, a ideologia, os suportes estatais — burocracia: Forças Armadas e funcionários — existem para conservar a tradicionalidade e ratificar a sociedade civil hegemônica pela ideologia dominante. A imposição do idioma nacional, como parte da unificação das nações, o modo pelo qual ocorre essa deliberação é a manifestação do modo da solução da questão nacional.

Em cada sociedade, a nacionalização constitui um momento constitutivo distinto, histórico e particular, que contribui decisivamente para a formação da nação. Soberania e autodeterminação são fundamentais em todo momento constitutivo, pois o problema do excedente econômico está relacionado com a nacionalização. Quanto maior a participação do Estado no controle do mercado, maior é a retenção de mais-valia e maior será a nacionalização.

A nacionalização significa a substituição da identidade localista pela identidade nacional, um modo coletivo de identificar-se. Esse processo dá origem a um eu coletivo, formado por seres humanos juridicamente livres, com base na centralização e homogeneidade do mercado interno, da construção de uma identidade coletiva, fundada em um mito interpelatório. A nação é uma força produtiva, juntamente com o Estado e com a democracia burguesa, sendo uma forma eficiente para a instalação e para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Do mesmo modo como existem sociedades civis democráticas ou reacionárias, também existem processos de nacionalização com esses atributos. “É muito distinta uma nacionalização que ocorre sob o chamado popular democrático, como na França, ou uma que ocorre sob a convocação da classe dominante anteriormente, como na Alemanha” (ZAVALETA MERCADO, 2013, p. 529, tradução nossa). A nacionalização nacional-popular torna o popular nacional, promove a democratização social, além da democratização política e possibilita a presença da forma espontânea da massa, e da sociedade civil no Estado. E, se o popular não se tornar nacional e se não estiver representado no Estado, a nacionalização não se cumpre. A nacionalização reacionária promovida na Alemanha deu origem ao fascismo, não apenas porque foi uma solução tardia da questão nacional na época do capitalismo dos monopólios, mas também como resolução reacionária da crise nacional geral que ocorre após a Primeira Guerra.

A questão nacional, na ótica zavaletiana, é o maior problema enfrentado pelos países latino-americanos, que, com formas variadas de dependência, são muito diversos. Ela não está concluída devido à presença imperialista, o que faz com que “As massas não podem abordar o tema na política senão sob a forma de movimentos de libertação nacional” (ZAVALETA MERCADO, 2013, p. 468, tradução nossa). A formação do Estado nacional e da nação seriam não conclusas na “região”,



porquanto a forma de revelação da nação no Estado capitalista é problemática. As lutas políticas ideológicas travam-se em torno dessa falta de correspondência ou representatividade da nação ou das nações no Estado. E o que importa, nos movimentos nacionais e nos processos de nacionalização, são os conteúdos democráticos concretos que portam.

Os processos de nacionalização, do ponto de vista proletário, devem se orientar pela democratização, pela perspectiva anti-imperialista substancial, pela vontade das pessoas locais, pela autodeterminação popular, conforme o princípio igualitário imanente aos setores nacional-populares, os quais se encontram mais próximos da sociedade civil, já que o Estado representa a unidade que as classes dominantes lograram obter. Em suma, uma nacionalização democrática promove a democracia social, processa-se sem extinguir modos de vida e línguas, e essa é a perspectiva zavaletiana para resolver a questão nacional na América Latina.

## 5 CONCLUSÃO

O problema nacional torna-se explícito nas conjunturas de crise ou de crises nacionais revolucionárias, nos momentos de transformação política, sendo algo mal resolvido nos países dependentes e latino-americanos. Ele será discutido em referência à Revolução Russa de 1917 de Lênin, à Viena Vermelha de Otto Bauer, à Revolução Boliviana de 1952, à Assembleia Popular de 1971 e ao governo de Salvador Allende no Chile de Zavaleta Mercado — que participou diretamente dessas experiências. Os três intelectuais também foram políticos, homens de partido e da ação política.

Otto Bauer e Lênin, cada um a seu modo, destacaram-se em relação aos seus contemporâneos do movimento operário que enfrentaram o problema nacional, em virtude de não o conceberem como uma questão econômica ou determinada pela economia capitalista na fase imperialista. Ambos, internacionalistas, acreditaram que somente o socialismo resolveria o problema nacional e criaram estratégias distintas para combater o nacionalismo burguês e contribuir para a revolução proletária. O nacionalismo de direita inviabiliza a necessária unidade dos trabalhadores e, nas suas formas mais exacerbadas, como a xenofobia e o chauvinismo, coloca a classe trabalhadora em conflito consigo mesma, a exemplo do ocorrido nas trincheiras criadas pelas nações imperialistas durante a Primeira Guerra Mundial.

Bauer captou a relação entre a formação nacional e as transformações produzidas pelo capitalismo, que produz, mas limita e restringe a nação, em virtude da exploração econômica, que exclui as massas trabalhadoras da cultura nacional. A nacionalização se processa pela mobilidade social e espacial, pela consolidação dos Estados com as suas burocracias como o sistema escolar e as forças armadas, que promovem a nacionalização enquanto difusão da cultura das classes dominantes.

Democracia e sufrágio possibilitam a participação das massas em uma cultura cada vez mais delimitada em termos nacionais, mas a democracia é temida pelas classes dominantes, pois há o risco de se converter em instrumento das classes subalternas. Ao defender a integração interna da nação — sempre histórica, inconclusa, modificável, formada por uma tradição ou comunidade cultural, uma história comum —, ampliação da democracia, melhorias educativas e econômicas para as classes populares, Bauer vinculava a crítica do capitalismo ao florescimento de culturas nacionais sob o socialismo, capazes de contemplar os interesses dos trabalhadores e aprofundar as diferenças nacionais (LÓPEZ, 2011).

Lênin retoma o ensinamento de Marx sobre a questão irlandesa, em defesa da autodeterminação das nações oprimidas, visto como direito de separação política e conformação de um novo Estado-nação. O dirigente bolchevique vinculava a questão nacional estritamente à questão democrática e à revolução mundial, como um problema estritamente político. Ele questiona a ideia de Bauer de autonomia nacional cultural como avessa ao internacionalismo proletário, opõe-se ao federalismo e à extraterritorialidade, pois a nação teria língua, território, Estado e base material específica (EIDELMAN, 2012).

Após estudar a fundo o imperialismo com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, as ideias sobre a questão nacional articuladas com a questão social, previamente elaboradas — o direito à autodeterminação como um direito à fundação de um novo Estado e à separação entre nações opressoras e nações oprimidas —, adquirem uma dimensão mais concreta e central na estratégia política, com destaque para os movimentos de libertação nacional. Assim, nação opressora, nação oprimida, direito à autodeterminação nacional, internacionalismo proletário e anti-imperialismo são as categorias analíticas e políticas chave de Lênin quanto à questão nacional (EIDELMAN, 2012).

Tais diretrizes foram retomadas e engessadas pela III Internacional Comunista, que prescrevia a atitude a ser tomada pelos PCs no Terceiro Mundo, a política de alianças ser seguida, no caso o apoio aos países que lutavam pela libertação nacional e aliança com as burguesias nacionais locais. Formulação que continua “sendo até hoje o ponto de partida básico de posições divergentes dentro dos movimentos marxistas no que diz respeito às lutas revolucionárias no Terceiro Mundo” (ALAVI, 1988, p. 385).

No pós-guerra, a questão nacional ganha relevo com o processo de independência e lutas de libertação nacional de países africanos e asiáticos, os processos de industrialização por substituição de importações na América Latina, na questão do desenvolvimento e dependência dos países do Terceiro Mundo, tendo a sua importância reconhecida por diversos pensadores marxistas como René Galissot (1984), Michael Lowy (1976, 2000), Georges Haupt (1978), Michel Cahen, Enzo Traverso (1990), Leopoldo Mármora (1986), Torres Rivas (1981), Zavaleta Mercado (1981) etc. Para esses intelectuais,

não subsiste a dualidade entre classe e nação; ao invés disso, os fatos coletivos, as formações sociais, as identidades étnicas importam, porque geram consciência social, nacional, política, étnica ou religiosa que não excluem necessariamente a consciência de classe, de modo que essas identidades e um projeto nacional podem se voltar contra a economia e o aparelho de Estado capitalistas.

Nesse contexto linguístico de retomada e renovação do marxismo, o sociólogo boliviano Zavaleta Mercado oferece contribuições teóricas para pensar a questão nacional, tendo como referência empírica a América Latina. Ao longo da sua obra, o sociólogo boliviano vai modificando as suas concepções da questão nacional, transitando do nacionalismo de esquerda para o marxismo ortodoxo, que deriva a nação do mercado interno, para um marxismo crítico, no qual estão questões como ideologia, hegemonia, legitimidade e poder político, apropriando-se da renovação do marxismo através das contribuições de Gramsci e do marxismo estrutural.

Zavaleta Mercado oferece contribuições teóricas para pensar a questão nacional com alusão à América Latina. A despeito de negar a existência de uma teoria da nação, ao modo formalizado como fizera Stálin (1980) — pois considera supérfluo raciocinar sobre o problema à margem de casos históricos concretos e da lei do valor —, tal como a teoria do Estado, a teoria da nação requer atenção à lei do valor e à história de cada nação, importando os fatos da edificação de cada nação. Precisamente, essa ênfase na historicidade das nações constitui o seu avanço teórico: pensar o padrão hegemônico ou momento constitutivo.

## REFERÊNCIAS

ALAVI, Hamza. Marxismo e o Terceiro Mundo. *In*: BOTTOMORE (ed.), Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 382-386, 1988.

ANDERSON, Benedict. Introdução. *In*: BELAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 7-22, 2000.

ANTEZANA, Luís H. “Dos conceptos en la obra de René Zavaleta Mercado: formación abigarrada y democracia como autodeterminación” *In*: **Pluralismo epistemológico**. La Paz: Muela del diablo editores; Grupo Comuna; CLACSO; CIDES-UMSA, p. 117-142, 2009.

ARICÓ, José; Otto Bauer y la cuestión nacional. *In*: CORTÉS, Martín (Ed.). **Dilemas del marxismo en América Latina**. Antología esencial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 605-614, 2020.

BAUER, Otto. A nação. *In*: BELAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 45-84, 2000.

BAUER, Otto. O conceito de nação; O socialismo e o princípio da nacionalidade; A valorização da nação na sociedade socialista. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Brasiliense, p. 78-103, 1980.

BAUER, Otto. Observaciones sobre la cuestión de las nacionalidades. En *La Segunda Internacional y el problema nacional y colonial. Cuadernos de Pasado y Presente N° 74*. México: 1978. p. 172-185. [1908].

BELAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

EIDELMAN, Ariel. Lenin y el debate de la socialdemocracia sobre la cuestión nacional (1912-1916). **Hic Rhodus**. Crisis capitalista, polémica y controversias, n. 2, jul. 2012. p. 55-66.

GALISSOT, René. Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário. HOBBSAWM, Eric (org.). **História do marxismo IV**. O marxismo na época da segunda internacional. Terceira parte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 173- 250, 1984.

HAUPT, Georges; WEILL, Claude. **Marx y Engels frente al problema de las naciones**. Barcelona: Editorial Fonatamara, 1978.

KRÄTKE, Michael R. A Viena vermelha: uma utopia social-democrata. **Revista Crítica Marxista**, n. 53, p. 143-141, 2021.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **A Classe Operária e a Questão Nacional**. Maio de 1913a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/05/16.htm>. Acesso: 31 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Critical Remarks on the National Question**. Written in October-December 1913b. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1913/crnq/index.htm>. Acesso: 31 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **The Right of Nations to Self-Determination**. February-May 1914. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/jul/x01.htm>. Acesso: 31 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **The Socialist Revolution and the Right of Nations to Self-Determination**. January-February 1916a. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/jan/x01.htm>. Acesso: 31 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **The Discussion On Self-Determination Summed Up**. Outubro de 1916b. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/jul/x01.htm>. Acesso: 10 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Discurso Sobre a Questão Nacional**. Abril 1917a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/12-01.htm>. Acesso: 10 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolução Sobre a Questão Nacional**. Maio de 1917b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/16-02.htm>. Acesso 10/09/2022. Acesso: 10 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **The National Programme of the R.S.D.L.P.** December 15 (28), 1918. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1913/dec/15.htm>. Acesso: 10 set. 2022.

LÖWY, Michael. Marxists and the National Question. **New Left Review**, n. 96, 1976.

LOWY, MICHAEL. **Nacionalismo e internacionalismos**. Da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xama, 2000. [1997].

MACHADO, Luis Toledo. **Concepções políticas do Estado e da questão nacional nos séculos 19 e 20.** Mito e realidade das doutrinas políticas. São Paulo: Edições Mandacaru, 2000.

MÁRMORA, Leopoldo. **La segunda internacional y el problema nacional y colonial** (primera parte). Cuadernos de Pasado y Presente, n. 74. México: Siglo XXI editores, 1978.

MÁRMORA, Leopoldo. **El concepto socialista de nación.** Cuadernos de Pasado y Presente N° 96. México: Siglo XXI editores, 1986.

MARRAMÃO, Giocomo. **Lo político y las transformaciones crítica del capitalismo e ideologías de la crisis entre los años veinte y treinta.** Cuadernos de Pasado y Presente, n. 95. México: Siglo XXI, 1982.

MARRAMÃO, Giocomo. Entre bolchevisnio e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. *In*: HOBBSAWN, Éric (org.). **História do marxismo.** O marxismo na época da terceira internacional. a revolução de outubro o austromarxismo. v. 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 276-343.

MATTI, Siegfried. O caso da Viena Vermelha. **Lua Nova**, São Paulo, 89: 191-213, 2013. p. 191-214.

MEHRAV, Perez. Social-democracia e austromarxismo. *In*: HOBBSAWN, Éric (org.). **História do marxismo.** O marxismo na época da terceira internacional. a revolução de outubro o austromarxismo. v. 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 251-276.

OLIVER, Lucio. René Zavaleta ante la especificidad latinoamericana del Estado y la política. *In*: IBARGÜEN, M. A.; MÉNDEZ N. R. (coords.) **René Zavaleta Mercado. Ensayos, testimonios y re-visiones.** Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2006, p. 225-235.

PINSKY, Jaime. **Questão nacional e marxismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

RAMOS, Joaquin Abelardo. **Historia de la Nación Latinoamericana.** 3 reimp. Buenos Aires : Continente, 2012 [1968].

STALIN. Joseph. A nação. O movimento nacional. *IN*: PINSKY, Jaime. **Questão nacional e marxismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, p. 132-146, 1980.

TAPIA, Luis. **La producción del conocimiento local:** historia y política en la obra de René Zavaleta. La Paz: Muela del Diablo Editores; CIDES-UMSA, 2002.

TORRES RIVAS, Edelberto. La nación: problemas teóricos e históricos. *In*: LECHNER, Norbert. **Estado y política em América Latina.** México: Siglo Veintiuno, 1981. p. 87-132.

TRAVERSO Enzo, LÖWY, Michael. The Marxist Approach to the National Question: A Critique of Nimni's Interpretation. **Science & Society**, 54(2), 1990. p. 132–146.

ZAVALETA MERCADO, René. Nacionalizaciones *In*: IBARGÜEN, Maya Aguiluz; MÉNDEZ, Norma de los Ríos (coordinadoras). **René Zavaleta Mercado.** Ensayos, testimonios y re-visiones. Argentina: Buenos Aires: Miño-y-Dávila Editores, 2006. p. 55-57.

ZAVALETA MERCADO, René. la cuestión nacional en américa latina. **Boletín de Antropología Americana**, n. 4 (diciembre 1981), p. 91-98.

\_\_\_\_\_. **René Zavaleta Mercado Ensayos 1975-1984**. Obra completa II. In: CRESPO, Mauricio Souza (ed.). La Paz, Bolivia: Plural editores, 2013.

## Notas

<sup>1</sup> Sobre a questão nacional em Marx e Engels, ver: Haupt, Weil (1978); Traverso, Lowy (1990). Sobre o problema nacional no marxismo ver: Pinsky (1980); Galissot (1984); Lowy (1976, 1997); Mármora (1978, 1986). Sobre o tema referido à América Latina, ver: Ramos (2012 [1968]); Zavaleta Mercado (1981); Torres Rivas (1981). Para uma visão geral do tema, ver: Machado (2000); Balakrishnan (2000).

<sup>2</sup> O austromarxismo pretendia distinguir-se do bolchevismo, da absoluta hegemonia de um partido, chamava esse modelo de socialismo despótico, em antítese ao socialismo democrático. Mas, “Otto Bauer desenvolveu a tese — à qual ficaria fiel até a morte (1938) — [...] de que nenhuma das duas alas rivais do movimento operário devia ser “excomungada”, nem o reformismo nem o bolchevismo. Alimentava pessoalmente a ideia de uma possível “coexistência”, ou mesmo de uma espécie de “repartição das esferas de influência” entre a social-democracia, no Ocidente, e o comunismo soviético, no Oriente” (MEHRAV, 1985, p. 274).

<sup>3</sup> No pensamento político brasileiro, Alberto Guerreiro Ramos defendeu uma tese semelhante, segundo a qual cada país deveria encontrar o seu caminho para o socialismo, sem que houvesse um modelo universal de revolução a ser seguido. Ver: Shiota (2020).

<sup>4</sup> Conceitos de Ferdinand Tönnies. A comunidade designa vontade, família, clã, cidade pequena, sendo regulada pelos costumes, hábitos e ritos, por relações de reciprocidade e de confiança mútuas reunificadas por uma cultura comum, pela religião, pela arte e pela moral. Já sociedade remete à cidade grande, à fábrica, ao Estado, sendo movida pelo cálculo, pelo ganho, pelo contrato e pela competição no quadro do desenvolvimento da civilização, do progresso técnico, científico e industrial (LOWY, 2000).

<sup>5</sup> “Por isso, a democracia política — assim como foi uma das formas em que historicamente se exerceu a ditadura burguesa — pode ser também uma das formas de exercício da ditadura do proletariado: a “substituição da ditadura burguesa pela ditadura do proletariado”, portanto, não deve necessariamente ocorrer sob a forma da ditadura aberta do bolchevismo, mas pode se processar também (e essa é, para Adler, a estratégia de transição adequada aos países de desenvolvimento capitalista avançado) “sob as formas da democracia política” (MARRAMÃO, 1985, p. 337).

<sup>6</sup> Sobre a Viena Vermelha, ver: Matti, 2013; Krätke (2021).

<sup>7</sup> O direito das nações de se separarem livremente se resolveria no partido do proletariado, de forma independente e em cada caso concreto, considerando o interesse da luta de classe pelo socialismo. “Ele distinguia o direito e a liberdade de separação da reivindicação de uma separação efetiva e real. A decisão de se reivindicar ou não uma determinada separação estatal concreta deve ser tomada em cada caso, de acordo com as peculiaridades e o tipo de relações internas e inter-relações externas das nações envolvidas” (MÁRMORA, 1986, p. 57, tradução nossa).

<sup>8</sup> Na visão de Lênin, o direito à autodeterminação das nações é um direito democrático-burguês no âmbito das relações interestatais. “Mas o direito democrático-burguês não proclama nem aspira a uma igualdade efetiva entre as nações, mas apenas a sua igualdade formal. [...] Enquanto a “aquisição” desse direito implica a libertação política das nações, a “realização” do mesmo, ou seja, a eliminação da opressão econômica, pressupõe a luta pela supressão de todas as diferenças nacionais e, com isso, a eliminação das próprias nações, assim como o estabelecimento da democracia socialista em escala mundial” (MÁRMORA, 1986, p. 64-65, tradução nossa).

<sup>9</sup> Para um comentário sistemático dessa obra, ver: Tapia (2002).

<sup>10</sup> Para o sociólogo boliviano, a ideologia nacional é igual à ideologia necessária — para a reprodução do modo de produção capitalista na sua base produtiva e da própria dominação política, como a igualdade jurídico-política — somada à ideologia excedente, formada por crenças populares, representações do passado que não afetam a reprodução e podem, até ser eficazes ou funcionais para ela. Todavia, “A emissão da ideologia necessária é de fato um monopólio do Estado, pois é o único que sabe o que a sociedade precisa para conservar-se” (ZAVALETA MERCADO, 2013, p. 454, tradução nossa).